

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM

INCLUSIVE EDUCATION AND SELF-REGULATED LEARNING

EDUCACIÓN INCLUSIVA Y AUTORREGULACIÓN DEL APRENDIZAJE

Ismael soares da paz

RESUMO

O presente artigo aborda práticas pedagógicas inclusivas voltadas a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando a importância da autorregulação da aprendizagem para promover autonomia, engajamento e desenvolvimento integral. A pesquisa, de caráter bibliográfico, analisa conceitos de inclusão escolar, especificidades do TEA e estratégias pedagógicas individualizadas, incluindo o uso de tecnologias assistivas, organização do ambiente escolar, integração familiar e colaboração multidisciplinar. Os resultados indicam que, embora existam desafios como formação docente insuficiente, barreiras estruturais e resistências culturais, a adoção de práticas inclusivas bem planejadas contribui para o sucesso acadêmico e socioemocional dos estudantes. Conclui-se que a efetiva inclusão escolar depende de planejamento pedagógico, formação continuada, recursos adaptados e promoção da autorregulação, consolidando a educação como direito universal e instrumento de equidade e justiça social.

Palavras-chave: Educação inclusiva; TEA; Autorregulação da aprendizagem.

ABSTRACT

This article addresses inclusive pedagogical practices aimed at students with Autism Spectrum Disorder (ASD), emphasizing the importance of self-regulated learning to promote autonomy, engagement, and holistic development. The bibliographic research analyzes concepts of school inclusion, ASD characteristics, and individualized pedagogical strategies, including the use of assistive technologies, classroom organization, family involvement, and multidisciplinary collaboration. The findings indicate that, despite challenges such as insufficient teacher training, structural barriers, and cultural resistance, the adoption of well-planned inclusive practices contributes to students' academic and socio-emotional success. It is concluded that effective school inclusion relies on pedagogical planning, continuous teacher training, adapted resources, and the promotion of self-regulation, consolidating education as a universal right and a tool for equity and social justice.

Keywords: Inclusive education; ASD; Self-regulated learning.

RESUMEN

Este artículo aborda prácticas pedagógicas inclusivas dirigidas a estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA), destacando la importancia de la autorregulación del aprendizaje para promover la autonomía, la participación y el desarrollo integral. La investigación, de carácter bibliográfico, analiza conceptos de inclusión escolar, especificidades del TEA y estrategias pedagógicas individualizadas, incluyendo el uso de tecnologías de asistencia, organización del aula, participación familiar y colaboración multidisciplinaria. Los resultados indican que, a pesar de desafíos como la formación docente insuficiente, las barreras estructurales y la resistencia cultural, la adopción de prácticas inclusivas bien planificadas contribuye al éxito académico y socioemocional de los estudiantes. Se concluye que la inclusión escolar efectiva depende de la planificación pedagógica, la formación continua, los recursos adaptados y la promoción de la autorregulación, consolidando la educación como un derecho universal y una herramienta de equidad y justicia social.

Palabras clave: Educación inclusiva; TEA; Autorregulación del aprendizaje.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um tema central na contemporaneidade, sobretudo no contexto brasileiro, em que as políticas públicas e legislações buscam assegurar o direito à aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de suas condições individuais, socioeconômicas ou cognitivas. A Declaração de Salamanca (1994) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) enfatizam a necessidade de promover ambientes escolares que acolham a diversidade e garantam igualdade de oportunidades de aprendizagem.

Nesse sentido, a educação inclusiva não se limita apenas à presença física dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, mas exige transformações pedagógicas, organizacionais e culturais que possibilitem sua plena participação no processo educativo. Dentre os grupos de estudantes que demandam atenção especial nas práticas inclusivas, destacam-se aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O TEA é caracterizado por alterações na comunicação social, padrões restritos e repetitivos de comportamento, bem como por dificuldades na interação social, o que requer estratégias pedagógicas diferenciadas para favorecer o desenvolvimento cognitivo, social e emocional desses indivíduos (American Psychiatric Association, 2013). A complexidade do TEA demanda uma compreensão aprofundada por parte de educadores e profissionais da educação, de modo a elaborar intervenções pedagógicas que sejam ajustadas às necessidades específicas de cada estudante.

Nesse contexto, a autorregulação da aprendizagem surge como um recurso pedagógico fundamental para potencializar o processo educativo de estudantes com TEA. A autorregulação refere-se à capacidade do indivíduo de planejar, monitorar e avaliar suas próprias ações de aprendizagem, incluindo aspectos cognitivos, motivacionais e comportamentais (Bandura, 1986; Zimmerman, 2013).

Em ambientes inclusivos, promover a autorregulação da aprendizagem implica criar estratégias que estimulem a autonomia, a consciência sobre o próprio processo de aprendizado e a habilidade de utilizar recursos pedagógicos de forma eficaz. Essa abordagem não apenas favorece o desenvolvimento acadêmico, mas também contribui para o fortalecimento da autoestima e da autoconfiança dos alunos, elementos essenciais para sua inclusão plena na escola e na sociedade.

A relevância do tema se evidencia diante do cenário educacional brasileiro, que ainda enfrenta desafios significativos relacionados à inclusão de estudantes com TEA. Pesquisas indicam que a formação docente continua sendo insuficiente para atender às demandas desse público, havendo lacunas no conhecimento sobre estratégias pedagógicas adaptadas, utilização de recursos tecnológicos assistivos e promoção da autorregulação da aprendizagem (Ferreira; Silva, 2021; Lopes; Costa, 2020).

Além disso, fatores estruturais, como turmas numerosas, falta de materiais adaptados e ausência de apoio especializado, contribuem para dificultar a efetivação da educação inclusiva. Nesse sentido, compreender e sistematizar as práticas pedagógicas voltadas à inclusão de estudantes com TEA, integrando o

conceito de autorregulação, torna-se um passo fundamental para fortalecer a qualidade da educação e garantir o direito à aprendizagem de todos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva emerge como uma resposta à necessidade de garantir o direito à aprendizagem para todos, independentemente das diferenças individuais. Segundo Fernandes e Lima (2022), inclusão escolar vai além da simples matrícula em instituições regulares; envolve a criação de ambientes educativos que respeitem a diversidade e promovam a participação plena de todos os estudantes.

Essa abordagem se sustenta em diretrizes internacionais, como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que estabelece a educação inclusiva como um direito humano fundamental, e nas legislações nacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

No que tange aos estudantes com TEA, é necessário compreender as especificidades desse grupo. O TEA é caracterizado por dificuldades na comunicação social, comportamentos repetitivos e interesses restritos, que podem variar amplamente em intensidade e manifestação (American Psychiatric Association, 2013). Essas características exigem adaptações pedagógicas que considerem o perfil individual de cada aluno, promovendo estratégias que favoreçam a aprendizagem cognitiva, social e emocional.

Conforme ressaltam Souza e Ribeiro (2021), a personalização do ensino é essencial para atender às necessidades dos estudantes com TEA, garantindo que eles possam desenvolver competências acadêmicas e socioemocionais de forma equilibrada.

A autorregulação da aprendizagem constitui um conceito central para compreender como os estudantes podem desenvolver autonomia e controle sobre seu próprio processo educativo.

Bandura (1986) define a autorregulação como a capacidade de planejar, monitorar e avaliar comportamentos voltados à realização de metas específicas, envolvendo dimensões cognitivas, motivacionais e comportamentais. Complementando essa perspectiva, Zimmerman (2013) destaca que a autorregulação permite ao aluno assumir responsabilidade sobre sua aprendizagem, identificar estratégias eficazes, ajustar suas ações diante de dificuldades e manter motivação frente a desafios.

No contexto da educação inclusiva, a autorregulação pode ser uma ferramenta poderosa para alunos com TEA, auxiliando-os a superar barreiras cognitivas e comportamentais e a alcançar maior independência no ambiente escolar. Diversos estudos têm explorado a relação entre autorregulação da aprendizagem e inclusão escolar. Ferreira e Silva (2021) destacam que a promoção de estratégias autorreguladas, como o estabelecimento de metas, autoavaliação e uso de recursos tecnológicos, contribui para o engajamento e a participação de estudantes com TEA em atividades pedagógicas.

Além disso, Lopes e Costa (2020) evidenciam que intervenções pedagógicas estruturadas, quando combinadas com a autorregulação, possibilitam que esses alunos desenvolvam habilidades sociais e acadêmicas de maneira mais eficaz, reduzindo dificuldades comportamentais e melhorando a interação com colegas e professores.

No âmbito pedagógico, diferentes abordagens têm sido propostas para atender às necessidades dos estudantes com TEA. Entre elas, destacam-se a utilização de tecnologia assistiva, que envolve softwares educativos, recursos digitais e dispositivos que auxiliam na comunicação e organização da aprendizagem (Pereira; Almeida, 2019).

Outra estratégia relevante é o ensino individualizado, que adapta conteúdos e métodos de acordo com o ritmo e estilo de aprendizagem de cada estudante, promovendo experiências de aprendizagem mais significativas e motivadoras. Além disso, práticas que estimulam a autorreflexão, o planejamento de tarefas e a

avaliação contínua são fundamentais para fortalecer a autonomia e a autorregulação da aprendizagem.

A literatura também indica que a formação docente é um fator determinante para a efetividade da educação inclusiva. Professores capacitados para compreender o TEA e aplicar estratégias de autorregulação conseguem criar ambientes mais acolhedores e produtivos. Fernandes e Lima (2022) ressaltam que programas de formação continuada devem incluir conteúdos sobre neurodiversidade, planejamento de atividades adaptadas, utilização de tecnologias assistivas e métodos de avaliação diferenciados. A ausência dessa formação contribui para a implementação insuficiente de práticas inclusivas, comprometendo a aprendizagem e a participação de estudantes com TEA.

Outro aspecto relevante no referencial teórico é a integração da família e da comunidade escolar. A inclusão não se limita ao espaço da sala de aula; envolve a construção de uma rede de apoio que inclui pais, familiares, profissionais de saúde e outros agentes sociais. Souza e Ribeiro (2021) afirmam que a colaboração entre escola e família favorece o desenvolvimento de estratégias coerentes e consistentes, garantindo que o aluno receba estímulos complementares e suporte contínuo. Além disso, essa integração fortalece a compreensão sobre as necessidades individuais do estudante e promove maior engajamento e motivação para a aprendizagem autorregulada.

A partir do exposto, observa-se que o referencial teórico sobre educação inclusiva e autorregulação da aprendizagem evidencia a complexidade do processo educativo voltado a estudantes com TEA. A combinação de estratégias pedagógicas adaptadas, uso de tecnologias assistivas, formação docente qualificada e integração familiar configura um modelo de educação inclusiva capaz de atender às demandas cognitivas, sociais e emocionais desses alunos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, centrada na análise crítica de produções científicas nacionais e internacionais sobre educação inclusiva, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e autorregulação da aprendizagem.

O estudo baseia-se na revisão de artigos, teses, dissertações e documentos oficiais publicados entre 2014 e 2024, localizados em bases como SciELO, Google Scholar, ERIC e CAPES Periódicos. A seleção priorizou trabalhos com relevância teórica e metodológica que abordassem práticas e políticas voltadas à inclusão escolar e à promoção da autonomia dos estudantes.

A análise dos materiais seguiu princípios da análise de conteúdo (Bardin, 2016), permitindo a identificação de eixos temáticos recorrentes e de lacunas na produção científica. Dessa forma, a metodologia busca integrar diferentes perspectivas teóricas e empíricas, oferecendo uma síntese crítica que contribua para o aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas e para a construção de ambientes de aprendizagem mais equitativos e autorregulados.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA TEA

A implementação de práticas pedagógicas inclusivas voltadas a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) requer um planejamento cuidadoso, alinhado às necessidades individuais, às diretrizes legais e às evidências científicas disponíveis.

Conforme ressaltam Fernandes e Lima (2022), a inclusão escolar efetiva não se limita à presença física do aluno na sala de aula; ela exige a adoção de estratégias pedagógicas que promovam participação, aprendizado significativo e desenvolvimento integral.

Entre as principais práticas pedagógicas inclusivas, se destaca o ensino individualizado, que se caracteriza pela adaptação de conteúdos, métodos de ensino e avaliação às características específicas de cada estudante. Souza e Ribeiro (2021) enfatizam que o ensino individualizado possibilita que alunos com TEA avancem no seu próprio ritmo, respeitando suas particularidades cognitivas e comportamentais. Essa abordagem inclui o planejamento de atividades com objetivos claros, tarefas estruturadas e instruções detalhadas, permitindo que o aluno compreenda expectativas e desenvolva habilidades de forma progressiva.

A utilização de tecnologia assistiva é outra prática relevante no contexto da inclusão de estudantes com TEA. Tecnologias assistivas incluem softwares educativos, aplicativos de comunicação aumentativa e alternativa, dispositivos digitais e recursos multimídia que auxiliam na organização do aprendizado, na comunicação e na interação social (Pereira; Almeida, 2019).

O uso dessas ferramentas contribui para a construção de ambientes mais acessíveis, favorecendo a autorregulação da aprendizagem ao oferecer suporte visual, auditivo e interativo. Estudos indicam que a combinação de tecnologia assistiva com estratégias pedagógicas estruturadas promove maior engajamento, autonomia e independência dos estudantes (Ferreira; Silva, 2021).

Outra prática pedagógica essencial é a promoção da autorregulação da aprendizagem, que envolve ensinar o aluno a planejar, monitorar e avaliar seu próprio aprendizado. Bandura (1986) e Zimmerman (2013) destacam que a autorregulação permite que o estudante se torne agente ativo de seu desenvolvimento, estabelecendo metas, identificando estratégias eficazes e ajustando comportamentos diante de dificuldades.

No contexto da educação inclusiva, a promoção da autorregulação pode ser realizada por meio de instruções explícitas, uso de agendas e cronogramas visuais, autoavaliação guiada, feedback constante e incentivo à reflexão sobre o próprio desempenho. A organização do ambiente escolar também desempenha papel fundamental, segundo Lopes e Costa (2020), a estrutura física da sala de aula, a

disposição de recursos pedagógicos e a minimização de estímulos sensoriais excessivos influenciam diretamente a aprendizagem de estudantes com TEA.

Ambientes bem estruturados, com áreas de estudo delimitadas, recursos visuais e materiais acessíveis, favorecem a concentração, reduzem comportamentos disruptivos e auxiliam na autorregulação das atividades. Além disso, o uso de rotinas previsíveis e sinais visuais consistentes contribui para a compreensão das sequências de tarefas e aumenta a sensação de segurança do aluno.

A colaboração entre professores e profissionais especializados é outro aspecto central das práticas inclusivas, equipes multidisciplinares, envolvendo psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e especialistas em inclusão, podem oferecer suporte direto ao professor e ao estudante, sugerindo estratégias pedagógicas personalizadas e intervenções adequadas (Souza; Ribeiro, 2021).

A integração dessas competências permite que o planejamento seja mais assertivo, aumentando a efetividade das práticas e promovendo melhores resultados acadêmicos e socioemocionais. Além disso, é importante considerar a integração da família e da comunidade escolar no processo inclusivo. Fernandes e Lima (2022) ressaltam que o envolvimento familiar fortalece a consistência das estratégias pedagógicas e possibilita que o estudante receba suporte complementar fora da escola.

A participação ativa da família inclui orientação sobre técnicas de autorregulação, acompanhamento de tarefas escolares e comunicação contínua com os professores, promovendo alinhamento entre os diferentes ambientes de aprendizagem.

O uso de estratégias de ensino diferenciadas, como instrução visual, aprendizado baseado em projetos, atividades lúdicas e simulações, também é relevante para a inclusão de estudantes com TEA. De acordo com Pereira e Almeida (2019), tais estratégias aumentam a motivação, facilitam a compreensão de conceitos abstratos e promovem a generalização de habilidades. A personalização

das atividades, combinada com recursos visuais e tecnológicos, permite que o aluno compreenda os conteúdos de forma mais efetiva, respeitando seu estilo de aprendizagem e suas necessidades específicas.

Outro elemento fundamental é o feedback contínuo e construtivo, que auxilia o estudante a compreender seu desempenho, identificar erros e aprimorar estratégias. Ferreira e Silva (2021) destacam que o feedback deve ser claro, objetivo e adaptado à linguagem do aluno, possibilitando a reflexão sobre o processo de aprendizagem e incentivando a autorregulação. Essa prática contribui para a autonomia, reduz a ansiedade e fortalece a autoconfiança, fatores essenciais para a participação efetiva em atividades escolares.

Apesar das evidências positivas, a implementação de práticas pedagógicas inclusivas enfrenta desafios significativos. Barreiras estruturais, como turmas numerosas, falta de recursos pedagógicos e apoio especializado insuficiente, dificultam a efetividade das estratégias (Lopes; Costa, 2020). Além disso, a formação docente inadequada e a resistência cultural em algumas escolas comprometem a adoção de métodos individualizados e inovadores. Portanto, a consolidação da inclusão de estudantes com TEA depende não apenas da aplicação de práticas pedagógicas bem fundamentadas, mas também do investimento em políticas públicas, capacitação docente e melhoria das condições institucionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um campo complexo e multifacetado, que demanda a articulação de políticas públicas, formação docente, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e estratégias voltadas à autorregulação da aprendizagem.

A presente análise bibliográfica revelou que a inclusão escolar não se limita à presença física dos alunos nas instituições regulares, mas envolve mudanças significativas nas práticas pedagógicas, na organização institucional e na cultura

escolar, buscando assegurar que todos os estudantes possam participar ativamente do processo educativo.

A integração de conceitos de educação inclusiva e autorregulação da aprendizagem mostrou-se essencial para promover o desenvolvimento integral dos estudantes com TEA. A autorregulação, enquanto estratégia pedagógica, permite que os alunos assumam maior controle sobre seu processo de aprendizagem, desenvolvendo autonomia, consciência metacognitiva e habilidades socioemocionais.

Essa abordagem, quando combinada com práticas pedagógicas individualizadas, tecnologias assistivas e ambientes estruturados, contribui para a redução de barreiras cognitivas e comportamentais, aumentando o engajamento e a participação efetiva dos alunos, entretanto, a análise também destacou desafios significativos que limitam a efetividade da educação inclusiva.

Entre eles, estão a formação docente insuficiente, barreiras estruturais e organizacionais, limitações no uso de tecnologias assistivas, dificuldades de adaptação curricular e avaliação padronizada, além de resistências culturais e sociais (Souza; Ribeiro, 2021; Lopes; Costa, 2020).

Superar esses obstáculos exige ações coordenadas, incluindo políticas públicas consistentes, investimentos em capacitação contínua de professores, melhoria da infraestrutura escolar e desenvolvimento de recursos pedagógicos adaptados às necessidades específicas dos estudantes com TEA.

A integração entre escola, família e comunidade escolar surge como fator crítico para o sucesso da inclusão. O envolvimento familiar proporciona continuidade das estratégias pedagógicas e reforço das habilidades de autorregulação fora do ambiente escolar, enquanto a colaboração entre professores e profissionais especializados possibilita planejamento individualizado e monitoramento efetivo do progresso do estudante (Fernandes; Lima, 2022; Pereira; Almeida, 2019). Esse modelo de atuação integrada favorece a construção de um ambiente educativo mais acolhedor, equitativo e centrado na diversidade, promovendo resultados acadêmicos e socioemocionais mais consistentes.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-5®)*. 5. ed. Arlington: American Psychiatric Publishing, 2013.

BANDURA, A. *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1986.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

FERNANDES, R.; LIMA, A. Inclusão escolar de estudantes com TEA: perspectivas e práticas pedagógicas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, n. 1, p. 77-94, 2022.

FERREIRA, M.; SILVA, P. Estratégias pedagógicas para estudantes com transtorno do espectro autista: desafios e perspectivas. *Revista Educação Especial*, v. 34, n. 2, p. 45-60, 2021.

LOPES, R.; COSTA, T. Formação docente e práticas inclusivas: um estudo sobre o atendimento a alunos com TEA. *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, v. 9, n. 1, p. 112-130, 2020.

PEREIRA, D.; ALMEIDA, F. Tecnologias assistivas na educação inclusiva: desafios e possibilidades. *Revista Educação e Tecnologia*, v. 5, n. 2, p. 89-105, 2019.

SOUZA, L.; RIBEIRO, C. Educação inclusiva e autorregulação da aprendizagem em estudantes com TEA. *Revista Pedagógica Brasileira*, v. 12, n. 3, p. 33-52, 2021.

UNESCO. *The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education*. Paris: UNESCO, 1994.

ZIMMERMAN, B. *Self-regulated learning and academic achievement: Theoretical perspectives*. New York: Routledge, 2013.